BNCC, CENTRALIZAÇÃO CURRICULAR, EDUCAÇÃO – UMA ANÁLISE DISCURSIVA

BNCC, CURRICULAR CENTRALIZATION, EDUCATION – A DISCURSIVE ANALYSIS

Edmundo Narracci Gasparini[1]
Sara Regina da Costa Veloso[2]

RESUMO
Considerando a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) como discurso, este artigo propôs-se a identificar efeitos de sentido sobre a própria BNCC em afirmações autorreferenciais no texto do documento. Fundamentada nas elaborações de Michel Pêcheux, a análise indicou que a BNCC – isto é, a definição das aprendizagens essenciais a serem desenvolvidas por todos os alunos da Educação Básica – é significada como elemento indispensável para que se atinja educação de qualidade e igualdade educacional e, em última instância, como sendo, ela própria, a educação. Indicamos, por fim, que os efeitos de sentido vislumbrados na análise articulam-se a uma racionalidade política neoliberal, a partir da qual a centralização curricular dá sustentação à economização da educação, isto é, à inserção do modelo de mercado na educação.
PALAVRAS-CHAVE: BNCC. Educação. Neoliberalismo. Discurso. Ideologia.

ABSTRACT
Considering the document Base Nacional Comum curricular as discouse, this paper aimed at identifying meaning effects upon the BNCC itself in self-referential statements in the text of the document. Based upon Michel Pêcheux's theorization, the analysis indicated that BNCC – that is, the definition of the essential contents to be learnt by all students from Brazilian Basic Education – is signified as an indispensable element in achieving both quality and equality in education and, ultimately, as education itself. We then indicated that the meaning effects identified in the analysis can be traced to a neoliberal political rationality, based upon which curricular centralization serves as a means to an economization of education, that is, as a means to the insertion of the market model in education.
KEYWORDS: BNCC. Education. Neoliberalism. Discourse. Ideology.

Considerações iniciais

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento normativo, destinado às redes de ensino assim como a suas instituições (tanto públicas quanto privadas), que organiza o que deve ser ensinado e aprendido ao longo da Educação Básica no Brasil. Configura-se como uma referência obrigatória para a elaboração dos currículos e das propostas pedagógicas para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio. O

[1] Doutor em Linguística pela UNICAMP. Professor do Departamento de Letras, Artes e Cultura e do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de São João del-Rei.
[2] Mestranda na linha de pesquisa Discurso e Representação Social do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de São João del-Rei.

Revista Língua & Literatura, v. 23, n. 42, p. 89-104, jan./jun. 2021.
Recebido em: 02 fev. 2021 | Aceito em: 05 jun. 2021.

documento foi inicialmente homologado pelo então ministro da educação (Mendonça Filho) em 2017, porém sem a etapa do ensino médio. Em 2018, foi homologada em sua versão final pelo então ministro Rossieli Soares da Silva.

Conquanto a maior parte do documento destine-se a organizar o que deve ser ensinado e aprendido ao longo da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio, é possível identificar no documento – de forma mais marcada em sua capa e nas seções *Apresentação* e *Introdução* – o fenômeno da autorreferência, isto é, momentos em que o documento faz referência ao próprio documento, em que afirmações são feitas a propósito da própria BNCC. Perguntamos então: como a própria BNCC é significada em afirmações autorreferenciais no texto do documento?

Fundamentando-nos na Análise do Discurso elaborada por Michel Pêcheux, consideraremos a BNCC como discurso, portanto como espaço onde se produzem efeitos de sentido entre locutores (PÊCHEUX, 1997a). Nosso objetivo com a análise a ser realizada aqui é, portanto, identificar efeitos de sentido, produzidos na materialidade linguística do documento, referentes à própria BNCC.

Apresentaremos a seguir os elementos teóricos nos quais se sustenta o trabalho.

1- Fundamentação teórica

Diversos autores têm se debruçado sobre a BNCC e sobre a questão da centralização curricular. Alves (2014) discute a Base como uma solução fácil para a suposta "crise da escola". Pereira e Cortes (2020) discutem a BNCC em relação à educação infantil e apontam para um efeito de homogeneização engendrado pelo documento, com consequente apagamento da heterogeneidade dos sujeitos. Saviani (2016) indica que a BNCC ajusta o funcionamento da educação brasileira aos parâmetros das avaliações gerais padronizadas. Macedo (2014) estabelece uma relação entre as demandas por centralização curricular, às quais a BNCC responde, e o "imaginário neoliberal". Freitas (2018), por fim, relaciona a padronização através de bases nacionais curriculares e testes censitários a uma "reforma empresarial da educação".

O presente artigo, em sua pretensão de contribuir com os estudos que tomam a BNCC como objeto, abordará a BNCC como discurso, portanto como espaço onde se produzem efeitos de sentido entre locutores (PÊCHEUX, 1997a). Abordar a BNCC como discurso a partir da teorização de Michel Pêcheux traz, contudo, uma série de consequências teóricas e metodológicas. Exploraremos, nesta seção e na próxima, algumas destas consequências.

Revista Língua & Literatura, v. 23, n. 42, p. 89-104, jan./jun. 2021.
Recebido em: 02 fev. 2021 | Aceito em: 05 jun. 2021.

Conforme indica Pêcheux (1997a), o discurso não corresponde a uma transmissão de informações, mas sim a efeitos de sentido entre locutores. Portanto, trata-se de pensar o sentido como efeito, e não como um elemento pré-existente, a ser transmitido de um locutor a outro. É no ato de tomada da palavra – sempre endereçada a outro – que os sentidos se (re)produzem como efeito de processos discursivos.

Nessa perspectiva, a língua deixa de ser pensada como tendo a função de expressar o sentido, passando a ser considerada como base linguística na qual se desdobram os processos discursivos constitutivos do sentido. Se, conforme Pêcheux (1997a) indica, Saussure promove um deslocamento da função da língua (de expressar o sentido) em direção ao seu funcionamento como sistema – deslocamento a partir do qual a língua é delineada como objeto de estudo da Linguística –, Pêcheux promove também um deslocamento, atualizando a ruptura saussuriana. Com Pêcheux, opera-se o deslocamento da função da língua (de expressar o sentido) em direção ao funcionamento do discurso. Funcionamento que, se não é integralmente linguístico, passa necessariamente pela língua. Não há discurso sem língua.

O discurso é, portanto, efeito de sentidos que se desdobram entre locutores. Contudo, trata-se de um locutor que, endereçando o seu dizer a outro, fala de um determinado lugar no jogo de relações sociais para alguém também situado em uma posição. E esses lugares de fala e de escuta determinam os efeitos de sentido que são (re)produzidos no ato de tomada da palavra, são determinantes dos processos discursivos que se desdobram entre locutores.

Torna-se relevante a distinção feita por Pêcheux (1988) entre base linguística e processo discursivo. De acordo com o autor,

> o sistema da língua é, de fato, o mesmo para o materialista e para o idealista, para o revolucionário e para o reacionário, para aquele que dispõe de um conhecimento dado e para aquele que não dispõe desse conhecimento. Entretanto, não se pode concluir, a partir disso, que esses diversos personagens tenham o mesmo *discurso*: a língua se apresenta, assim, como a *base* comum de *processos* discursivos diferenciados. (PÊCHEUX, 1988, p. 91, destaques do autor)

A base linguística, portanto, é a materialidade na qual os sentidos são produzidos como efeito de processos discursivos. A distinção traçada por Pêcheux (1988) é importante para o nosso trabalho, pois possibilita formular a seguinte pergunta: que efeitos de sentido sobre a BNCC são produzidos na materialidade linguística do documento? Assim, buscaremos abordar os efeitos de sentido acerca da própria BNCC que se produzem em afirmações autorreferenciais no documento.

Revista Língua & Literatura, v. 23, n. 42, p. 89-104, jan./jun. 2021.
Recebido em: 02 fev. 2021 | Aceito em: 05 jun. 2021.

Fundamental para pensar os efeitos de sentido que se produzem a partir de processos discursivos diferenciados é a ideia de que tais efeitos possuem um caráter material, isto é, se produzem na dependência das condições materiais constitutivas de uma formação social, das relações de antagonismo entre classes. Contudo, o sentido – efeito de processos discursivos diferenciados – apresenta-se sob o engodo da evidência. O sentido é efeito, mas a sua produção engendra o esquecimento / apagamento de seu caráter material, e ele desponta como evidente.

Importa recuperar a indicação feita por Althusser (1998) de acordo com a qual a ideologia em geral – pensada em seu funcionamento ao longo da história [3] – pode ser pensada como mecanismo de produção de evidências. Segundo Althusser,

> tanto para vocês como para mim, a categoria de sujeito é uma "evidência" primeira (as evidências são sempre primeiras): está claro que vocês, como eu, somos sujeitos (livres, morais, etc.). Como todas as evidências, inclusive as que fazem com que uma palavra "designe uma coisa" ou "possua um significado" (portanto inclusive as evidências da "transparência" da linguagem), a evidência de que vocês e eu somos sujeitos [...] é um efeito ideológico, o efeito ideológico elementar. Este é aliás o efeito característico da ideologia – impor (sem parecer fazê-lo, uma vez que se tratam de "evidências") as evidências como evidências, que não podemos deixar de *reconhecer* e diante das quais, inevitável e naturalmente, exclamamos (em voz alta, ou no "silêncio da consciência"): "é evidente! é exatamente isso! é verdade!" (ALTHUSSER, 1998, p. 94-95, destaque do autor)

Importa destacar a aproximação feita por Althusser – aproximação essencial para o desenvolvimento da teoria do discurso por Pêcheux – entre evidência do sujeito e evidência do sentido. Conforme Althusser indica na citação acima, as evidências de transparência da linguagem – as que fazem com que uma palavra designe uma coisa ou possua um significado – articulam-se de forma estreita à evidência do sujeito, na medida em que tanto o sentido evidente quanto a evidência do sujeito correspondem a efeitos da ideologia.

Faz-se necessária uma referência à interpelação em seu duplo aspecto, isto é, como reconhecimento mas também desconhecimento. Se a ideologia, de acordo com Althusser (1988), interpela o indivíduo em sujeito, engendrando um reconhecimento das evidências

[3] Althusser (1988) traça uma distinção entre ideologia em geral e ideologias particulares. Se as ideologias particulares têm uma história, estando, portanto, na dependência de configurações sócio-históricas específicas, a ideologia em geral – isto é, a interpelação em seu funcionamento – não tem história: a ideologia é eterna, como o inconsciente, afirma Althusser. O ponto a ser destacado aqui é que a ideologia em geral é abordada pelo filósofo como elemento estrutural em seu funcionamento ao longo da história. Assim como o inconsciente freudiano, a ideologia em geral não tem história, segundo Althusser, no sentido de que ela possui uma estrutura e um funcionamento imutáveis ao longo da história. É nesse sentido que podemos entender que ideologia e inconsciente encontram-se materialmente ligados: o seu funcionamento produz um tecido de evidências subjetivas, conforme afirma Pêcheux em *Semântica e Discurso*.

Revista Língua & Literatura, v. 23, n. 42, p. 89-104, jan./jun. 2021.
Recebido em: 02 fev. 2021 | Aceito em: 05 jun. 2021.

como evidências – reconhecimento no qual pode-se vislumbrar a própria determinação do sujeito em seu fazer e seu dizer –, isso implica necessariamente em desconhecimento: o sujeito desconhece o que lhe determina, despontando como dono de seu fazer e seu dizer. Interpelado, o sujeito se toma como origem, como causa.

Este duplo aspecto da interpelação relaciona-se ao que afirmamos acima acerca do sentido, o que nos permite abordar a interpelação que é operada em nível da língua em seu funcionamento discursivo: o sentido possui um caráter material – isto é, é produzido como efeito das condições materiais constitutivas de uma formação social –, mas desponta como evidente. Ou, de acordo com o que Althusser afirma na citação acima, o sentido é efeito do processo discursivo, mas desponta – engodo engendrado pela interpelação – como uma evidência, diante do qual o sujeito exclama: "(em voz alta, ou no 'silêncio da consciência'): 'é evidente! é exatamente isso! é verdade!'" (ALTHUSSER, 1998, p. 94-95). Sujeito e sentido são produzidos simultaneamente como efeito do funcionamento da interpelação. A partir da aproximação realizada por Althusser entre sujeito e sentido, Pêcheux propõe-se a abordar a interpelação que se realiza através da língua. Eis, a propósito, uma definição possível para o discurso: espaço de interpelação do sujeito operada na / pela língua.

Retomando a indicação, feita acima, a propósito do lugar / posição de fala como determinante dos efeitos de sentido, como determinante do funcionamento discursivo, importa dizer que tais lugares / posições interpelam o indivíduo em sujeito: determinado por esses lugares / essas posições, o sujeito desponta como dono de seu dizer e fazer, e o sentido desponta como uma evidência. Engodo engendrado pela ideologia em seu funcionamento.

Tais considerações trazem consequências para o estudo que realizamos neste artigo. Abordar a BNCC como discurso implica, como afirmamos acima, em abordá-la como espaço de (re)produção de efeitos de sentido. Acrescenta-se que tais efeitos, a despeito da aparência de evidência (engodo), possuem um caráter material, isto é, estão na dependência da posição / lugar a partir do qual o documento foi produzido. Perguntamos novamente, portanto: quais efeitos de sentido são produzidos, no documento considerado como discurso, sobre a própria BNCC?

Na próxima seção, apresentaremos os elementos teórico-metodológicos nos quais se fundamenta o trabalho.

2- Elementos teórico-metodológicos

Revista Língua & Literatura, v. 23, n. 42, p. 89-104, jan./jun. 2021.
Recebido em: 02 fev. 2021 | Aceito em: 05 jun. 2021.

Conforme indicamos acima, é possível vislumbrar no texto da BNCC o fenômeno da autorreferência, isto é, momentos em que o documento faz referência ao próprio documento, em que afirmações são feitas acerca da própria BNCC. O *corpus* da investigação é composto por sequências discursivas extraídas do documento nas quais se fazem afirmações autorreferenciais [4]. As sequências vêm seguidas da indicação da seção de onde foram extraídas e da página onde podem ser encontradas.

Através de análise discursiva, é possível identificar efeitos de sentido sobre a própria BNCC produzidos na materialidade linguística do documento. Efeitos a partir dos quais se produzem evidências de sentido sobre a BNCC. Concentraremos nosso olhar, especificamente, na capa do documento e nas seções *Apresentação* e *Introdução*, espaços onde é possível identificar afirmações autorreferênciais nas quais a própria BNCC é, via discurso, significada, despontando na linearidade do discurso como uma série de evidências.

Fundamentados nas elaborações de Michel Pêcheux (1997b), conduziremos nossa análise na alternância entre a descrição das sequências discursivas recortadas e a interpretação do analista. Não se trata, segundo Pêcheux, de descrever primeiro para, em seguida, interpretar. A própria seleção das sequências discursivas analisadas já se faz a partir do olhar do analista. E a descrição das sequências, incidindo sobre sua materialidade linguística, é feita também sob os efeitos deste olhar. É nesse sentido que Pêcheux fala em "alternância", em "batimento" entre a descrição da materialidade linguística e a interpretação, e não em fases com uma ordem estabelecida ("descrever primeiro para interpretar depois").

Em *Ler o arquivo hoje*, Pêcheux afirma que "É esta relação entre *língua* como sistema sintático intrinsecamente passível de jogo, e a *discursividade* como inscrição de efeitos linguísticos materiais na história, que constitui o nó central de um trabalho de leitura de arquivo" (PÊCHEUX, 1994, p. 63, destaques do autor). Na análise realizada aqui, trata-se de uma descrição que incide sobre a língua como sistema sintático passível de jogo, descrição já afetada pelo posicionamento do analista e que abre para a interpretação, isto é, possibilita identificar "efeitos linguísticos materiais na história" (PÊCHEUX, 1994, p. 63).

3- ANÁLISE

3.1 – BNCC, qualidade e igualdade

[4] A versão da BNCC que utilizamos nesta investigação pode ser encontrada em http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf.

Revista Língua & Literatura, v. 23, n. 42, p. 89-104, jan./jun. 2021.
Recebido em: 02 fev. 2021 | Aceito em: 05 jun. 2021.

Abordemos, de início, a seguinte sequência discursiva, extraída da seção *Introdução*:

SD1
A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de **aprendizagens essenciais** que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE). (*Introdução*, p. 7)

De SD1, vale destacar a expressão ***aprendizagens essenciais***, em negrito no texto da BNCC, negrito que, junto ao adjetivo *essencial* – isto é, supostamente constitutivo de uma *essência* –, dá destaque às aprendizagens *que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica*. Na medida em que a BNCC *define* as *aprendizagens essenciais* a serem desenvolvidas por *todos os alunos*, ela responde a uma demanda por centralização curricular, demanda presente no âmbito das políticas curriculares. A partir de SD1, temos então

BNCC → definição das aprendizagens essenciais a serem desenvolvidas por todos os alunos da Educação Básica

De acordo com Macedo (2014), as demandas por centralização curricular se fazem presentes em múltiplos cenários. Os blocos econômicos que se estabeleceram na América Latina, e que já funcionavam na Europa, produziam demandas por padronização curricular de forma a facilitar o trânsito entre diferentes países (caso do Mercosul). No âmbito acadêmico, por outro lado, "não se pode dizer que o discurso educacional não interponha demandas por algum nível de centralização curricular" (p. 1534). Por fim – e mais relevante para este trabalho –, Macedo indica que em meados da década de 90 vivia-se "o auge da definição de políticas educacionais nacionais marcadas por intervenções centralizadas no currículo, na avaliação e na formação de professores" (p. 1533). Retomando as elaborações de Stephen Ball, Macedo indica que este tripé – centralização no currículo, na avaliação e na formação de professores – era "característico das reformas de cunho neoliberal dos anos 1990" (p. 1533).

Na medida em que a BNCC *define* as *aprendizagens essenciais* a serem desenvolvidas por *todos os alunos*, ela responde a demandas por centralização curricular presentes em cenários diversos (MACEDO, 2014). O ponto que gostaríamos de destacar, contudo, é que responder a demandas por centralização curricular implica, necessariamente, num efeito discursivo de homogeneização dos alunos, a partir do qual *todos os alunos* da Educação

Revista Língua & Literatura, v. 23, n. 42, p. 89-104, jan./jun. 2021.
Recebido em: 02 fev. 2021 | Aceito em: 05 jun. 2021.

Básica devem desenvolver as mesmas *aprendizagens essenciais* [5]. Vejamos, a esse respeito, a seguinte sequência discursiva:

SD2
Elaborada por especialistas de todas as áreas do conhecimento, a Base é um documento completo e contemporâneo, que corresponde às demandas do estudante desta época, preparando-o para o futuro. (*Apresentação*, p. 5)

Nesta sequência, vale destacar a menção às *demandas do estudante desta época*. Opera-se aqui um efeito de homogeneização dos estudantes, configurados que são, no / pelo discurso, como *o estudante desta época*, como se todos fossem portadores das mesmas demandas, de forma homogênea, desprezando-se a pluralidade e a diversidade aí inevitavelmente existente. Cria-se um efeito de evidência – efeito ideológico, vale lembrar – a partir do qual se projeta a imagem homogeneizada do *estudante desta época*.

Vale retomar o conceito de pré-construído assim como elaborado por Michel Pêcheux em *Semântica e Discurso*. De acordo com o autor, o pré-construído relaciona-se a algo que fala "antes, em outro lugar e independentemente" (PÊCHEUX, 1988, p. 162), sendo constituído no âmbito do interdiscurso. Irrompe, contudo, na linearidade do dizer, ou seja, no registro do intradiscurso [6], causando um efeito de discrepância. Irrompendo na linearidade do discurso, o pré-construído interpela o indivíduo em sujeito: "Podemos [...] considerar o efeito de pré-construído como a modalidade discursiva pela qual o indivíduo é interpelado em sujeito... ao mesmo tempo em que é 'sempre-já sujeito'" (PÊCHEUX, 1988, p. 156). É, portanto, na medida em que um sentido é fornecido / imposto que o indivíduo é interpelado em sujeito. A configuração d*o estudante da época*, em nossa leitura, é um ponto em que podemos vislumbrar, na materialidade linguística da BNCC, a interpelação do indivíduo em sujeito no âmbito do documento. É na medida em que o leitor é afetado por este efeito de evidência que ele é interpelado em sujeito: sentido e sujeito configuram-se, de forma indissociável, como efeitos da ideologia.

O ponto a ser sustentado aqui é que a BNCC, na medida em que se propõe a *definir* as *aprendizagens essenciais* que *todos os alunos* devem desenvolver ao longo da Educação Básica, demanda que seja produzido o engodo do *estudante desta época*. De forma a dar sustentação à *definição* das *aprendizagens essenciais* para *todos os alunos* (cf. análise de

[5] Neste ponto, nossas elaborações estabelecem relação com o trabalho de Pereira e Cortes (2020), que, conforme indicamos acima, aponta para um efeito de homogeneização engendrado pela BNCC, com consequente apagamento da heterogeneidade dos sujeitos.
[6] O interdiscurso remete ao registro da constituição dos efeitos de sentido. Por seu turno, o intradiscurso remete ao "fio do discurso", à linearidade do dizer.

Revista Língua & Literatura, v. 23, n. 42, p. 89-104, jan./jun. 2021.
Recebido em: 02 fev. 2021 | Aceito em: 05 jun. 2021.

SD1, acima). É nesta perspectiva que a BNCC é configurada, em SD2, como um documento *completo e contemporâneo*: na medida em que corresponde às *demandas* – precisamente aquelas – do *estudante da época*. A partir de SD2, temos então

BNCC → documento completo e contemporâneo, que corresponde às demandas do estudante desta época

A análise de outras sequências discursivas permitirá identificar algumas nuances de sentido referentes à BNCC como aquilo que define as *aprendizagens essenciais* a serem desenvolvidas pelo *estudante desta época*. Vejamos SD3 e SD4, extraídas, respectivamente, da *Apresentação* e da *Introdução* do documento:

SD3
É com alegria que entregamos ao Brasil a versão final homologada da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) com a inclusão da etapa do Ensino Médio, e, assim, atingimos o objetivo de uma Base para toda a Educação Básica brasileira. A aprendizagem de qualidade é uma meta que o País deve perseguir incansavelmente, e a BNCC é uma peça central nessa direção, em especial para o Ensino Médio no qual os índices de aprendizagem, repetência e abandono são bastante preocupantes. (*Apresentação*, p. 5)

SD4
Nesse sentido, espera-se que a BNCC ajude a superar a fragmentação das políticas educacionais, enseje o fortalecimento do regime de colaboração entre as três esferas de governo e seja balizadora da qualidade da educação. Assim, para além da garantia de acesso e permanência na escola, é necessário que sistemas, redes e escolas garantam um patamar comum de aprendizagens a todos os estudantes, tarefa para a qual a BNCC é instrumento fundamental. (*Introdução*, p. 8)

Destaca-se de SD3 a indicação de que *A aprendizagem de qualidade é uma meta que o País deve perseguir incansavelmente, e a BNCC é uma peça central nessa direção*. Nesta indicação, encontramos uma asserção a partir da qual a BNCC é configurada como elemento fundamental – *peça central* – para que seja atingida a meta da *qualidade* na aprendizagem. Em SD4, a BNCC é significada em relação à *qualidade da educação*, configurando-se aí como *balizadora* para que tal qualidade seja atingida. A partir de SD3 e SD4, temos

BNCC → peça central para atingir a qualidade na aprendizagem

→ balizadora da qualidade da educação

Interessa ainda destacar, de SD4, a expectativa de que *a BNCC ajude a superar a fragmentação das políticas educacionais*. Temos aqui mais um ponto no qual se produz uma evidência de sentido a partir do qual o indivíduo é interpelado em sujeito: o sintagma *fragmentação das políticas educacionais* relaciona-se a um pré-construído de acordo com o

Revista Língua & Literatura, v. 23, n. 42, p. 89-104, jan./jun. 2021.
Recebido em: 02 fev. 2021 | Aceito em: 05 jun. 2021.

qual as políticas educacionais são, de forma evidente, *fragmentárias*. Tal fragmentação, uma vez construída, ajusta-se perfeitamente à BNCC como *superação*: é a partir da construção da política educacional como *fragmentária* que a BNCC se configura como uma *superação* da *fragmentação*.

Conforme indica Macedo (2014), a "qualidade na educação" é um significante nodal que sobredetermina as demandas de diferentes grupos que se constituem no âmbito das políticas curriculares [7]. Segundo a autora, o exterior constitutivo desta cadeia de equivalência é "uma fantasia idealizada de crise do sistema educacional" (p. 1536). A "crise", nessa perspectiva, torna equivalentes as distintas demandas por qualidade. Contudo, prossegue a autora, grupos políticos distintos se constituem "nos processos de significar tanto a qualidade da educação quanto a suposta crise do sistema" (MACEDO, 2014, p. 1536). Poderíamos, portanto, perguntar, a partir das indicações da autora: como, na BNCC, se significa a tão almejada "qualidade na educação" e a suposta "crise do sistema"?

A análise realizada até o momento permite avançar que, conforme vimos, a *qualidade* (na aprendizagem, na educação) é significada na condição de *balizada* (SD4) pela BNCC; ou ainda, teria a BNCC como *peça central* (SD3). Por seu turno, a "crise do sistema" é significada em relação à *fragmentação das políticas educacionais*. Face à suposta *fragmentação*, a BNCC é representada como uma *superação*: a centralização curricular, isto é, a *definição* das *aprendizagens essenciais* a serem desenvolvidas por *todos os alunos* da Educação Básica, configura-se como superação do "problema" [8]. No texto do documento, portanto, a "qualidade educacional" e a "crise do sistema" (cf. MACEDO, 2014) são significadas em sua relação estreita com a *definição* das *aprendizagens essenciais* para o *estudante desta época*.

Abordemos duas outras sequências discursivas:

SD5
A BNCC por si só não alterará o quadro de desigualdade ainda presente na Educação Básica do Brasil, mas é essencial para que a mudança tenha início porque, além dos currículos, influenciará a formação inicial e continuada dos educadores, a produção de materiais didáticos, as matrizes de avaliações e os exames nacionais que serão revistos à luz do texto homologado da Base. (*Apresentação*, p. 5)

SD6
Nesse processo, a BNCC desempenha papel fundamental, pois explicita as aprendizagens essenciais que todos os estudantes devem desenvolver e expressa, portanto, a igualdade educacional sobre a qual as singularidades devem ser consideradas e atendidas. Essa igualdade deve valer também para as

[7] De acordo com a autora, "A princípio, ninguém é posto no lugar do outro por este discurso, como se pode observar nas campanhas políticas em que todos, sem exceção e independente do lugar que ocupam no espectro político, defendem uma educação de qualidade" (MACEDO, 2014, p. 1536).
[8] Nesse ponto, nosso trabalho estabelece relação com as elaborações de Alves (2014), de acordo com as quais a BNCC desponta como uma solução fácil para a suposta "crise da escola".

Revista Língua & Literatura, v. 23, n. 42, p. 89-104, jan./jun. 2021.
Recebido em: 02 fev. 2021 | Aceito em: 05 jun. 2021.

oportunidades de ingresso e permanência em uma escola de Educação Básica, sem o que o direito de aprender não se concretiza. (*Introdução*, p. 15)

Em SD5, a BNCC é significada, através de uma asserção, como *essencial* para que a mudança no *quadro de desigualdade ainda presente na Educação Básica do Brasil* tenha início. SD6, por seu turno, configura a BNCC como *expressão da igualdade educacional*. O que está em jogo nas duas sequências discursivas é a significação da BNCC em relação à *desigualdade na Educação Básica do Brasil*: face a esse quadro, a BNCC é *essencial*, ela *expressa a igualdade educacional*. Se a análise de SD3 e SD4 permite vislumbrar a BNCC como elemento fundamental para que se atinja a almejada "qualidade na educação / na aprendizagem", nosso olhar a SD5 e SD6 permite identificar uma nuance importante na configuração da BNCC como garantia da "qualidade", qual seja, a BNCC como *essencial* para alterar a *desigualdade* na Educação Básica brasileira. Face à *desigualdade*, a *definição* das *aprendizagens essenciais* para *o estudante desta época* comparece, mais uma vez, como uma superação.

Se, conforme vimos, a BNCC *expressa a igualdade educacional* (cf. SD6), pode-se então afirmar que a igualdade educacional (enquanto uma questão de justiça social) é ressignificada a partir de sua relação com a centralização curricular. Bastaria, nessa perspectiva, *definir* as *aprendizagens essenciais* para *todos os alunos* (*o estudante desta época*) para que se atinja a *igualdade*. A partir de SD5 e SD6, temos então

BNCC → essencial para que a mudança no quadro de desigualdade na Educação Básica tenha início

→ expressão da igualdade educacional.

Abordemos outra sequência discursiva – a última a ser analisada, mas nem por isso menos importante –, extraída da capa do documento:

SD7
EDUCAÇÃO É A BASE (capa)

Nesta sequência – uma espécie de slogan encontrada na capa da BNCC [9] – ressoa em BASE a ideia de apoio, sustentação, fundamento. Produz-se aqui a ideia de que a Educação é um sustentáculo essencial, uma espécie de alicerce da sociedade. Contudo, o significante

[9] Nesse ponto, pode-se perceber os efeitos de sentido do discurso publicitário.

Revista Língua & Literatura, v. 23, n. 42, p. 89-104, jan./jun. 2021.
Recebido em: 02 fev. 2021 | Aceito em: 05 jun. 2021.

BASE em SD7 remete também à própria BNCC, o que nos permite identificar um efeito de sentido de acordo com o qual a Educação é a própria BNCC. Assim, temos

Educação $\rightarrow$ base

$\rightarrow$ BNCC

$\rightarrow$ definição das aprendizagens essenciais a serem desenvolvidas por todos os alunos da Educação Básica

Em nossa leitura, SD7 possui um estatuto estruturante das afirmações autorreferenciais que encontramos no texto da BNCC. É na medida em que a Educação é significada como a própria BNCC, portanto como a *definição* das *aprendizagens essenciais* para *todos os alunos*, que o documento, conforme nossa análise indicou, é configurado como elemento essencial para se atingir a almejada "qualidade" (na educação, na aprendizagem – cf. SD3 e SD4) e a igualdade educacional (cf. SD5 e SD6). Resta explorar as consequências da significação da educação como *definição* de *aprendizagens essenciais* para *todos os alunos* da Educação Básica. Freitas (2019) traz um questionamento essencial a esse respeito. Conforme o autor,

> Aquele debate sobre referências nacionais curriculares dos anos 1990 agora tem lugar em vários países sob a forma de "bases nacionais comuns curriculares", no interior de um movimento global de reforma da educação que pede mais padronização, testes e responsabilização (accountability) na educação (Sahlberg, 2011), atropelando a diversidade e os Estados nacionais, já que o capital financeiro rentista (criador do neoliberalismo) opera de forma supranacional (Chaui, 2018).
>
> Que agenda está embutida neste retorno? O que significa este movimento mundial que proclama reformas para que a educação seja de qualidade para todos? (FREITAS, 2018, p. 11-12)

A seguir, tentaremos abordar de forma sucinta a questão elaborada por Freitas, questão que remete justamente aos elementos identificados na análise aqui realizada: "O que significa este movimento mundial que proclama reformas para que a educação seja de qualidade para todos?" (FREITAS, 2018, p. 12).

3.2 – Discussão

Conforme indicamos acima a partir das elaborações de Macedo (2014), intervenções centralizadas no currículo, na avaliação e na formação de professores configuraram um tripé "característico das reformas de cunho neoliberal dos anos 1990" (p. 1533). Vimos também

Revista Língua & Literatura, v. 23, n. 42, p. 89-104, jan./jun. 2021.
Recebido em: 02 fev. 2021 | Aceito em: 05 jun. 2021.

que a autora estabelece uma relação entre as demandas por centralização curricular, às quais a BNCC responde, e o "imaginário neoliberal". Lançamos então a seguinte questão: em que medida os efeitos de sentido sobre a BNCC identificados em nossa análise poderiam ser relacionados a uma "racionalidade política neoliberal" (cf. ANDRADE, 2019 e DARDOT; LAVAL, 2016)?

Andrade (2009) aborda o funcionamento da racionalidade política neoliberal pelo viés da economização, processo através do qual se engendra "a promoção não apenas dos mercados *per se*, mas do *modelo* de mercado, com a difusão da concorrência, da forma empresa e de técnicas econômicas de avaliação e ranqueamento para esferas da vida *fora* do mercado" (ANDRADE, 2019, p. 112, destaques do autor). Nessa perspectiva, a centralização curricular pode ser considerada como um dos meios através dos quais o modelo de mercado funciona na educação. Referindo-se ao que chama de "engodo da eficiência", Laval (2019) indica que em nome da eficiência econômica ocorre a regulamentação dada por diretrizes curriculares elaboradas arbitrariamente. Na medida em que se "idealiza[r] o mercado como uma entidade natural, cujo objetivo é dar automaticamente a melhor destinação aos recursos" (LAVAL, 2019, p. 184), a centralização pelo currículo e a regulação pela avaliação advêm como promessas para um cálculo rentável da educação.

Conforme indicamos acima a partir das elaborações de Macedo (2014), a crise no sistema educacional – supostamente evidenciada por dados estatísticos – é aproveitada como ponto de convergência entre demandas distintas em prol de educação de qualidade. A esse respeito, vale retomar a indicação de Andrade (2019) de acordo com a qual "a racionalidade política neoliberal instrumentaliza as crises" (p. 110) para ganhar apoio e instituir as reformas da agenda de mercado. Em outras palavras, a racionalidade política neoliberal (cf. ANDRADE, 2019 e DARDOT; LAVAL, 2016) utiliza-se estrategicamente dos "problemas" para inserir o modelo de mercado pelo viés da economização.

É nessa perspectiva que, segundo nossa leitura, os efeitos de sentido em torno da BNCC, identificados em nossa análise, podem ser situados. A *fragmentação das políticas educacionais* (SD4) – em nossa leitura, "uma fantasia idealizada de crise do sistema educacional" (MACEDO, 2014, p. 1536) – dá margem à centralização curricular pela BNCC, que *define* as *aprendizagens essenciais* para *todos os alunos* como forma de *superação* da *fragmentação*. Tal *definição* configura-se como *balizadora da qualidade da educação* (SD4) e *expressão da igualdade educacional* (SD6). Assim, a BNCC como *definição* das *aprendizagens essenciais* a serem desenvolvidas por *todos os alunos* serve ao controle

Revista Língua & Literatura, v. 23, n. 42, p. 89-104, jan./jun. 2021.
Recebido em: 02 fev. 2021 | Aceito em: 05 jun. 2021.

curricular, constituindo-se assim como um meio através do qual o modelo de mercado é inserido na educação por meio da avaliação e ranqueamento.

Passemos agora às nossas considerações finais.

Considerações finais

No trabalho apresentado aqui, propusemo-nos a identificar efeitos de sentido acerca da BNCC produzidos na materialidade linguística do documento. Debruçamo-nos, assim, em afirmações autorreferenciais nas quais a própria BNCC é, via discurso, significada. Abordamos o documento, portanto, como discurso, e partimos do pressuposto de que os efeitos de sentido, a despeito da aparência de evidência (engodo produzido pela interpelação), possuem um caráter material, isto é, estão na dependência do jogo de relações sociais a partir do qual são produzidos.

Os efeitos de sentido a partir dos quais a BNCC é configurada, de forma evidente, como elemento fundamental para atingir a qualidade e a igualdade na educação sustentam-se, em nossa leitura, na identidade estabelecida entre educação e BNCC, a partir da qual a educação desponta como a própria *definição* das *aprendizagens essenciais* a serem desenvolvidas por *todos os alunos* (SD7). No percurso de análise realizado, identificamos também a construção da "crise do sistema educacional" como *fragmentação das políticas educacionais* (para a qual a BNCC seria uma *superação*) e roçamos no efeito de homogeneização em torno do *estudante desta época*, efeito que dá sustentação à centralização curricular promovida pela BNCC.

A partir dos efeitos de sentido identificados, tentamos explorar brevemente as consequências da configuração da educação como *definição* das *aprendizagens essenciais* a serem desenvolvidas por *todos os alunos* da Educação Básica, isto é, a relação de identidade entre educação e BNCC (SD7). A partir das elaborações de Macedo (2014), Freitas (2018), Andrade (2019), Laval (2019) e Dardot e Laval (2016), indicamos que a centralização curricular é um dos meios através dos quais se dá sustentação à inserção do modelo de mercado na educação. A centralização pelo currículo e a regulação pela avaliação são, conforme indicamos, as promessas para um cálculo rentável da educação. A "crise" – no nosso *corpus*, a suposta *fragmentação das políticas educacionais* – é instrumentalizada (cf. ANDRADE, 2019) de forma que seja inserida, no âmbito da educação, uma lógica de mercado.

Revista Língua & Literatura, v. 23, n. 42, p. 89-104, jan./jun. 2021.
Recebido em: 02 fev. 2021 | Aceito em: 05 jun. 2021.

Enfatizamos, a partir das elaborações de Michel Pêcheux, o caráter material do sentido: os efeitos de sentido se produzem na dependência das condições materiais constitutivas de uma formação social, isto é, das relações de antagonismo entre classes. Em nossa tentativa de atravessar as evidências de sentido acerca da Base Nacional Comum Curricular em afirmações autorreferenciais no texto do documento, nos deparamos com a "racionalidade política neoliberal" (cf. ANDRADE, 2019 e DARDOT; LAVAL, 2016). Racionalidade esta que se configura, em nossa leitura, como constitutiva das condições materiais a partir das quais a BNCC é configurada como garantia da qualidade educacional, da igualdade na educação e, em última instância, da própria educação.

Referências

ALVES, Nilda. Sobre a possibilidade e a necessidade curricular de uma Base Nacional Comum. *Revista e-Curriculum*, São Paulo, v. 12, n. 03, p. 1464 – 1479, out./dez. 2014. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/21664>. Acesso em: 13 jun. 2021.

ANDRADE, Daniel. Crise econômica, crise de representatividade democrática e reforço de governamentalidade. *Novos Estudos*, São Paulo, v. 38. n. 01, p. 109 – 135, jan./abr. 2019. Disponível em: < http://novosestudos.com.br/produto/113/>. Acesso em: 13 jun. 2021.

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos Ideológicos de Estado*. 7ª Ed. Trad. Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Graal, 1998. 128 p.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo*: ensaio sobre a sociedade neoliberal. 1ª Ed. Trad. Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016. 413 p.

FREITAS, Luiz Carlos. *A reforma empresarial da educação*: nova direita, velhas ideias. 1ª ed. São Paulo: Edição Popular, 2018. 160 p.

LAVAL, Christian. *A escola não é uma empresa*: o neoliberalismo em ataque ao ensino público. 1ª Ed. Trad. Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2019. 326 p.

MACEDO, Elizabeth. Base Nacional Curricular Comum: novas formas de sociabilidade produzindo sentidos para educação. *Revista e-Curriculum*, São Paulo, v. 12, n. 03, p.1530 – 1555, out./dez. 2014. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/21666>. Acesso em: 13 jun. 2021.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso*: uma crítica à afirmação do óbvio. 1ª Ed. Trad. Eni Puccineli Orlandi *et al*. Campinas: UNICAMP, 1988. 317 p.

PÊCHEUX, Michel. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, E. (Org.) *Gestos de leitura***:** da história no discurso. 1ª Ed. Trad. Bethania S. C. Mariani *et al*. Campinas: UNICAMP, 1994. p. 55-64.

Recebido em: 02 fev. 2021 | Aceito em: 05 jun. 2021.

PÊCHEUX, Michel. Análise Automática do Discurso. In: GADET, F. e T. HAK (Orgs.) *Por uma análise automática do discurso*: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3ª Ed. Trad. Bethania S. Mariani *et al*. Campinas: Unicamp, 1997a. p. 61-161.

PÊCHEUX, Michel. *O Discurso*: estrutura ou acontecimento. 2ª Ed. Trad. Eni Puccineli Orlandi. Campinas: Pontes, 1997b. 68p.

PEREIRA, Aline; CORTES, Gerenice. O discurso da BNCC nas mídias digitais: entre o silenciamento de sentidos e a resistência. *Humanidades & Inovação*, Palmas, v. 7. n. 24, p. 242 – 260, out. 2020. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/4382>. Acesso em: 13 jun. 2021.

SAVIANI, Dermeval. EDUCAÇÃO ESCOLAR, CURRÍCULO E SOCIEDADE: o problema da Base Nacional Comum Curricular. *Movimento Revista de Educação*, Universidade Federal Fluminense, n. 4, p. 54 – 84, 2016. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistamovimento/article/view/32575>. Acesso em: 13 jun. 2021.

Recebido em: 02 fev. 2021 | Aceito em: 05 jun. 2021.